

Ultrafertil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	8
Balço patrimonial.....	11
Demonstração do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
1 - Contexto operacional.....	17
2 - Base de preparação e principais políticas contábeis	17
3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos	21
4 - Principais políticas contábeis	22
5 – Reapresentação das demonstrações financeiras.....	33
6 - Caixa e equivalentes de caixa	35
7 - Contas a receber	36
8 - Partes relacionadas.....	37
9 - Estoques.....	38
10 - Tributos a recuperar	38
11 - Demais ativos.....	39
12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais.....	39
13 - Imobilizado	42
14 - Intangível	43
15 – Fornecedores e contas a pagar	44
16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures	45
17 - Tributos a recolher.....	48
18 - Obrigações sociais e trabalhistas	48
19 – Arrendamento.....	48
20 - Dividendos a pagar	50
21 – Demais passivos	50
22 - Patrimônio líquido	51
23 - Receita líquida de serviços prestados.....	52
24 - Custos dos serviços prestados	53
25 - Receitas (despesas) operacionais	53
26 - Resultado financeiro	54
27 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	55
28 - Informação por segmento de negócios	57
29 - Benefícios a empregados.....	57
30 - Instrumentos financeiros.....	64
31 – Impactos COVID-19	73
Administração – Conselheiros e Diretores.....	76

Relatório da Administração

Mensagem da Diretoria

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19 sendo que o início do processo de vacinação ocorreu em Dezembro/2020, trazendo uma expectativa de retomada da atividade econômica mundial. O crescimento da demanda internacional por commodities favoreceu os volumes transportados e elevados pela Ultrafertil, mas esse efeito foi parcialmente neutralizado pela quebra da segunda safra do milho e pelo impacto da seca na safra de açúcar.

Em 2021, a Ultrafertil alcançou uma receita líquida de R\$ 487,9 milhões, com 11.458 mil de TU movimentados no porto. Esse resultado é consequência direta do engajamento de times comerciais, operacionais e administrativos que buscam permanentemente atender aos clientes atuais, prospectar novas oportunidades e ganhar eficiência no uso dos nossos Ativos.

Pelo segundo ano consecutivo, a VLI, grupo do qual a Ultrafertil faz parte, conquistou o prêmio “Valor Inovação Brasil” na categoria “Transporte e Logística”, que reconheceu a inovação como um tema da nossa cultura que integra as nossas competências e permeia todas as nossas atividades, das rotinas internas ao jeito de atender os nossos clientes.

Em Dezembro/2021, a VLI anunciou seus compromissos ESG, desenvolvidos com base nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e organizados em três frentes: (i) Legado para o planeta, (ii) Valor para as relações e (iii) Segurança para as operações. Entre as metas estabelecidas pela companhia estão (i) a redução de 15% de emissão de gases do efeito estufa por tonelada transportada, (ii) a diminuição de 20% de consumo de água nova nas operações e (iii) o alcance de 30% de mulheres em cargos de liderança. As metas que envolvem as questões sociais serão cumpridas até 2025 enquanto que as questões relacionadas ao meio ambiente serão perseguidas até 2030.

Em 2022, seguiremos nosso plano de crescimento que passa pela redução e/ou eliminação dos gargalos das nossas operações, ampliação das relações com clientes atuais e estabelecimento de outras com novos clientes, sempre vinculados com nossos valores de Segurança, Ética e nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

A Diretoria

1. Síntese do Resultado de 2021

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2019	2020	2021
Receita bruta	505	583	542
Receita líquida	456	524	488
EBITDA	256	338	350
Resultado do exercício	-18	55	71
Volume porto (Mil de TU)	10.860	12.634	11.458
Dívida bruta	1.376	1.353	1.239
Caixa e aplicações financeiras	44	186	159
Dívida líquida	1.331	1.167	1.080
Margem EBITDA	56,25%	64,48%	71,80%

A Ultrafertil obteve uma Receita Líquida de R\$ 487,9 milhões em 2021, retração de 6,8% vs 2020, devido aos menores volumes movimentados nos portos (queda de 9,3% vs 2020).

Diante do cenário inflacionário observado em 2021, a margem bruta da Ultrafertil reduziu em 5,4 bps vs 2020, encerrando em 43,2%. Por outro lado, o EBITDA teve um aumento de 3,8%, que encerrou o exercício em R\$ 350,3 milhões, ou seja, um aumento de R\$ 12,7 milhões, devido ao aumento de R\$ 10,6 milhões nos valores de depreciação e amortização no período.

Em termos de administração do caixa, a geração operacional líquida foi de R\$ 304,3 milhões, R\$ 45,7 milhões abaixo de 2020. Encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 158,9 milhões e com uma dívida líquida de R\$ 1,1 bilhão, uma redução de R\$ 87,5 milhões vs 2020.

2. Investimentos

Em 2021, a Ultrafertil investiu o valor total de R\$ 49,3 milhões. Foi realizado o nivelamento dos pontos altos com arado no Canal e nos Berços do TIPLAM.

3. Ética e Conformidade

A Ultrafertil preocupa-se continuamente em manter os padrões mais elevados de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Desde a elaboração do Código de Conduta Ética, em 2015, convidamos a todos os empregados a se comprometerem com as diretrizes e a viver no dia-a-dia os nossos valores; este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do mesmo.

4. Gestão de Pessoas

Em 2021, os desafios trazidos com a pandemia que iniciou em 2020, se misturaram às novas perspectivas para o nosso negócio e também para o mundo. Em 2021 acelerou-se o processo de vacinação e, com ele, a possibilidade de retomada das atividades sociais e econômicas.

No que tange a Gestão de Pessoas, reforçamos ainda mais as nossas ações culturais com o objetivo de encurtar as distâncias físicas e manter e garantir a qualidade de vida de nossos empregados e o crescimento dos nossos negócios.

O trabalho no Comitê de Crises seguiu ativamente reforçando as medidas de saúde, incentivando e acompanhando nossos índices de contágio e vacinação; além de podermos testar as novas políticas de Home Office, que se tornaram as políticas atuais da VLI adotando o modelo híbrido como principal formato de trabalho.

A Universidade VLI, que em 2020 já havia ampliado o seu alcance redesenhando produtos presenciais e adaptando metodologias para o meio online, em 2021 consolidou sua posição através do Novo Portal da Universidade e seus programas. Foram mais de 64 mil participações em treinamentos, sendo o recorde histórico em participações na companhia, mais de 219 mil pessoa-horas treinadas, 165 treinamentos 100% online disponíveis e 8.137 empregados treinados. A Universidade VLI fortalece seu compromisso de qualidade e descentralização do conhecimento a todos.

As ações de Diversidade & Inclusão se desenvolveram e se tornaram ainda mais relevantes com a nossa construção de novos compromissos públicos com foco em raça, etnia e equidade de gênero. Em 2021, os grupos de afinidades capacitaram e sensibilizaram mais de 1.562 empregados em diversos temas transversais às nossas dimensões de diversidade. A VLI se tornou uma das empresas reconhecidas pelo prêmio WILL Women in Leadership Latin America. Avançamos na pauta de equidade de gênero e, junto da Universidade VLI, lançamos um programa de aceleração da carreira feminina com módulos customizados para cada momento de vida e decisões das mulheres. Nossa alta direção se comprometeu ainda mais com o tema e sua relevância para os negócios, aumentando assim a oportunidade para consolidarmos as ações e desenvolver uma VLI mais inclusiva, diversa e inovadora. Temos hoje em nossa diretoria um *sponsor* para cada grupo de afinidades e eles fazem encontros recorrentes e mentoria reversa sobre o tema e também suas interseccionalidades.

5. Sustentabilidade

A VLI acredita que só é possível pensar em desenvolvimento econômico quando compartilhado com a sociedade. Desde 2018, com a definição do primeiro planejamento estratégico de sustentabilidade da companhia, optamos pela abordagem de Valor Compartilhado, com a premissa de que o negócio, a operação, a geração de benefícios à sociedade e preservação do patrimônio ambiental são elementos indissociáveis ao êxito de uma organização.

Realizamos mudanças e buscamos soluções para transformar a logística do Brasil e queremos fazer isso de forma cada vez mais diversa, inclusiva, ética e sustentável. Por isso, em 2021, demos um novo passo em nossa jornada de sustentabilidade. Assumimos 6 compromissos na agenda ESG, que agrega os aspectos Ambiental (Environmental), Social e de Governança. Os 6 compromissos estão distribuídos em 3 grandes frentes e serão atingidos até 2030:

Segurança das operações	Ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, alcançando e mantendo taxa de acidentes com afastamento (TFCA) 0,5 e taxa de Frequência de Acidentes com/sem Afastamento inferior a 2,0
Legado para o planeta	Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, reduzindo em 15% a emissão de gases de efeito estufa, escopos 1 e 2, por tonelada transportada
	Reduzir em 20% o consumo de água nova nas operações, considerando a base de 2020
Valor para as relações	Alcançar e manter índice de 60% de contratação de fornecedores locais
	Sensibilizar 100% de clientes e fornecedores críticos em temas de Ética e políticas de inclusão da VLI
	Alcançar 30% de mulheres em cargos de alta liderança, a partir de gerência, até 2025

Também implementamos o Comitê de Estratégia e ESG da VLI, composto por toda a Diretoria Executiva da empresa, que reúne-se a cada 15 dias e discute os temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Investimos mais de R\$ 5 milhões em iniciativas que contemplam projetos de educação, cultura, esporte e preservação do patrimônio em comunidades que convivem com as nossas operações, beneficiando diretamente cerca de 20 mil pessoas. Entre os projetos desenvolvidos, se destacaram o Escolas que Inovam e a implantação de Praça em Araguari (MG):

Escolas que Inovam

É um projeto de educação cocriado em 2018 em parceria com a Prefeitura de Santos (SP), com o objetivo de fomentar novas formas de ensino e aprendizagem por meio da inovação e da tecnologia com foco em alunos e professores da rede pública municipal. Essa é uma forma de propiciar um ensino diferenciado, já que a VLI acredita na educação como um legado e agente propulsor de desenvolvimento socioeconômico nos municípios em que atua.

O projeto foi realizado pela VLI em duas etapas:

Primeira etapa: Realizada em 2018 em 9 escolas do ensino fundamental I, que receberam reforma das bibliotecas existentes e a implantação de estúdios com equipamentos tecnológicos. O objetivo é apresentar o mundo digital às crianças e adolescentes para interação durante o período letivo; e

Segunda etapa: Realizada entre os anos de 2020 e 2021, contemplou 32 escolas da educação infantil, dentre as quais 24 escolas receberam estúdios completos com adaptação física das salas, notebooks, smart TVs para aulas interativas, chromebooks e outros equipamentos tecnológicos. As outras 8 unidades que já possuíam esse tipo de espaço receberam chromebooks. Ao todo, a companhia investiu cerca de R\$ 6 milhões nas duas fases do Escolas que Inovam, beneficiando diretamente cerca de 12 mil pessoas.

Praça Araguari

Atendendo a uma demanda da comunidade de Araguari, no Triângulo Mineiro, o município e a VLI construíram a Praça Maria Abadia Lopes Virginio, no Bairro Novo Horizonte, com recursos do subcrédito social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A praça tem área total de 2.219 m² e conta com área verde, playground, quadra de futsal, área de convivência, bem como academia ao ar livre. A expectativa é de que ela beneficie os cerca de 5 mil moradores da região, além dos habitantes de toda a cidade. Todo o projeto arquitetônico, que atende às regras de uso e ocupação do solo e às diretrizes ambientais, foi aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araguari e pelo Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (Codema).

Ainda em 2021, mantivemos ações de ajuda humanitária para mitigar os impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades de atuação da empresa, com um aporte de cerca de R\$ 1,75 milhão para compra de cestas básicas, que abrangeu em sua primeira fase, de agosto a novembro, 8 estados, 31 cidades, beneficiou 20 mil famílias, envolvendo o trabalho de 29 associações comunitárias.

E reforçando nosso compromissos com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e considerada a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo; aderimos ao Programa Na Mão Certa, passando a compor o Pacto Empresarial Contra a Exploração de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, iniciativa da Childhood Brasil, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e assinamos o ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos.

A VLI tem o compromisso com o consumo consciente e manutenção da qualidade dos cursos d'água e para isso monitora recursos hídricos distribuídos entre águas subterrâneas, superficiais e efluentes, visando garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados. Os resultados são analisados proativamente por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

A área de meio ambiente possui um Plano Diretor com ações estruturantes e indicadores associados aos seus respectivos macrotemas. As ações definidas visam a manutenção dos controles ambientais, atendimento de requisitos legais e mitigação de impactos.

Em 2021, a VLI e empresas do grupo realizaram implantação/manutenção/finalização de mais de 74 hectares de plantio compensatório, monitoramento da fauna na FCA e FNS com 14 campanhas realizadas, ademais 11 áreas contaminadas foram reclassificadas como "Área Reabilitada para Uso Declarado".

Foram realizadas 300 medições de ruídos e vibrações, em torno, ao longo do ano, com o intuito de continuar zelando pela qualidade do ambiente monitoramentos da qualidade do ar foram realizados por meio de cerca de 90 pontos de estudo.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em mais de 20 escolas em 09 estados e em 36 municípios. Entre empregados e comunidades, mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 522 pontos ambientalmente, dispersos entre 59 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente, os resultados são compilados e analisados por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 10 licenças ambientais foram expedidas em nome das empresas da companhia, além da elaboração e protocolo do Relatório Anual de Atendimento de condicionantes da FNS e da FCA e o PBA – Programas Ambientais das empresas citadas. Sobressalta-se que houve uma significativa redução no registro de ocorrências ambientais.

Temas ambientais estratégicos, supracitados, para mudança de patamar na cultura ambiental da empresa foram escolhidos, tais como consumo de água nova, geração de resíduos e mudanças climáticas e passaram a ser compromissos públicos e são objetos de metas de ESG para toda a Companhia em 2022 como forma de contribuirmos mais efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

7. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos está incluída no Acordo de Acionistas da VLI S.A., e rege a distribuição de dividendos por aquela Companhia e por suas Subsidiárias, sendo que em conjunto com o Estatuto Social da Ultrafértil S.A., em seu artigo 26, item (ii), prevê que um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6404/76.

8. Relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício

Durante o exercício de 2021, não houve aumento de capital social na Ultrafertil e em suas sociedades coligadas e/ou controladas.

São Paulo, 3 de março de 2022.

Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ultrafertil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ultrafertil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrafertil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que informa que as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a alteração do momento adequado para o registro das provisões para processos judiciais conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na norma internacional IAS 8 - “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”. Em 19 de fevereiro de 2021, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas para fins de comparação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 advêm de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 3 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 “T” MG

ULTRAFÉRTIL S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	158.864	186.046	44.430
Contas a receber	7	31.061	17.017	37.848
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	3
Estoques	9	18.621	18.360	17.624
Tributos a recuperar	10	14.646	17.515	13.787
Sinistros a recuperar		-	-	338
Despesas com dragagem pagas antecipadamente		888	888	1.560
Demais ativos	11	1.362	2.837	1.614
Total do ativo circulante		225.442	242.663	117.204
Não circulante				
Tributos a recuperar	10	20.683	12.664	5.912
Despesas com dragagem pagas antecipadamente		40.187	41.075	40.919
Demais ativos	11	3.016	3.746	4.317
Depósitos judiciais	12	35.519	193	-
Tributos diferidos sobre o lucro	27(a)	44.395	36.640	57.785
Imobilizado	13	3.156.936	3.204.911	3.216.505
Intangível	14	230.986	240.208	251.700
Total do ativo não circulante		3.531.722	3.539.437	3.577.138
Total do ativo		3.757.164	3.782.100	3.694.342
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	15	30.908	28.619	34.855
Contas a pagar	15	1.400	1.116	3.903
Empréstimos e financiamentos	16	142.300	134.297	115.196
Debêntures	16	15.812	14.720	14.098
Tributos a recolher	17	8.775	7.148	6.566
Tributos a recolher sobre o lucro		-	-	1.778
Obrigações sociais e trabalhistas	18	11.059	10.388	8.179
Arrendamento	19	72.312	53.377	52.553
Receitas diferidas		25	133	27
Dividendos a pagar	20	18.793	24.661	11.022
Demais passivos	21	2.003	1.121	164
Total passivo circulante		303.387	275.580	248.341
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16	786.103	925.474	966.080
Debêntures	16	294.301	278.661	280.353
Arrendamento	19	222.430	287.166	341.495
Dividendos a pagar	20	11.022	-	-
Receitas diferidas		17	40	64
Demais passivos	21	38.676	-	-
Benefícios a empregados	29	52.388	50.361	50.853
Provisão para processos judiciais	12	53.245	23.935	20.327
Total do passivo não circulante		1.458.182	1.565.637	1.659.172
Patrimônio líquido				
Capital social	22	1.431.924	1.431.924	1.431.921
Ajustes de avaliação patrimonial		(24.054)	(19.597)	(19.078)
Reserva de capital		375.925	375.925	265.928
Reservas de lucros		211.800	152.631	108.058
Total do patrimônio líquido		1.995.595	1.940.883	1.786.829
Total do passivo e patrimônio líquido		3.757.164	3.782.100	3.694.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.**Demonstração do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Receita líquida de serviços prestados	23	487.946	523.602
Custo dos serviços prestados	24	<u>(277.031)</u>	<u>(269.185)</u>
Lucro bruto		<u>210.915</u>	<u>254.417</u>
Receitas (despesas) operacionais		<u>12.285</u>	<u>(33.343)</u>
Despesas administrativas	25(a)	(29.640)	(17.448)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25(b)	44.149	(16.033)
Ganho (perda) líquidos sobre ativos financeiros	7	<u>(2.224)</u>	<u>138</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>223.200</u>	<u>221.074</u>
Resultado financeiro	26	<u>(159.374)</u>	<u>(136.646)</u>
Receitas financeiras		7.285	4.875
Despesas financeiras		(136.723)	(128.605)
Perdas com variação monetária e cambial		<u>(29.936)</u>	<u>(12.916)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>63.826</u>	<u>84.428</u>
Imposto de renda e contribuição social	27	<u>7.539</u>	<u>(29.142)</u>
Tributos correntes		(214)	(7.998)
Tributos diferidos		<u>7.753</u>	<u>(21.144)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>71.365</u>	<u>55.286</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	22(d)	15,06	11,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)
Lucro Líquido do exercício	<u>71.365</u>	<u>55.286</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 29)	<u>296</u>	<u>2.407</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>71.661</u>	<u>57.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de expansão			
Em 1º de janeiro de 2020 (anteriormente divulgado)	1.431.921	265.928	10.557	110.630	(19.078)	-	1.799.958
Correção de erro de exercícios anteriores (Nota 5)	-	-	-	(13.129)	-	-	(13.129)
Saldo de abertura reapresentado	1.431.921	265.928	10.557	97.501	(19.078)	-	1.786.829
Resultado abrangente do exercício							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	55.286	55.286
Outros resultados abrangentes							
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 29)	-	-	-	-	2.407	-	2.407
Realização de <i>deemed cost</i> (Nota 22(c))	-	-	-	-	(2.926)	2.926	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(519)	58.212	57.693
Aumento de capital (Nota 22(a))	3	-	-	-	-	-	3
Constituição de reservas (Nota 22(b))	-	109.997	2.871	41.702	-	(44.573)	109.997
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	(13.639)	(13.639)
Em 31 de dezembro de 2020	1.431.924	375.925	13.428	139.203	(19.597)	-	1.940.883
Resultado abrangente do exercício							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	71.365	71.365
Outros resultados abrangentes							
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 29)	-	-	-	-	296	-	296
Realização de <i>deemed cost</i> (Nota 22(c))	-	-	-	-	(4.753)	4.753	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(4.457)	76.118	71.661
Constituição de reservas (Nota 22(b))	-	-	3.570	55.599	-	(59.169)	-
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	(16.949)	(16.949)
Em 31 de dezembro de 2021	1.431.924	375.925	16.998	194.802	(24.054)	-	1.995.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		71.365	55.286
Ajustes de			
Depreciação e amortização	24	127.127	116.525
Provisão para desvalorização de estoques	25(b)	760	118
Provisão de ativos	21 e 25(b)	38.676	-
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	26	-	-
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	7	2.224	(138)
Provisões para perdas e processos judiciais, líquidas		31.563	6.366
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	26	29.936	12.916
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível	25(b)	2.622	(267)
Despesa (reversão) de benefícios a empregados		121	5
Receitas diferidas		(25)	(25)
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos	16.1 e 26	88.296	91.191
Despesas financeiras – custos de transação	16.1 e 26	1.436	1.278
Despesas financeiras – arrendamentos	26	27.278	32.612
Ajuste a valor presente	26	13	16
Amortização de despesas de dragagem pagas antecipadamente		888	887
Tributos diferidos sobre o lucro	27(a)	(7.753)	21.144
		414.527	337.914
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(15.281)	21.373
Instrumentos financeiros derivativos		-	3
Estoques		(1.021)	(854)
Tributos a recuperar		15.438	21.770
Despesas pagas antecipadamente		5.979	(6.349)
Depósitos judiciais		(35.326)	(12)
Demais ativos		(3.773)	7.045
Fornecedores		1.746	(5.975)
Contas a pagar		284	(2.787)
Tributos a recolher		1.627	582
Benefícios a empregados		2.202	1.910
Provisão para processos judiciais		(2.253)	(2.758)
Obrigações sociais e trabalhistas		671	2.209
Demais passivos		453	826
		385.273	374.897
Caixa líquido gerados pelas operações		385.273	374.897
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.598)	(24.842)
		375.675	350.055
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	25(b)	394	286
Compra de ativo imobilizado e intangível	4(v), 13 e 14	(49.291)	(91.519)
		(48.897)	(91.233)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	16.1	(142.775)	(69.329)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	16.1	(92.139)	(59.295)
Aumento de capital	22(a)	-	110.000
Pagamento de arrendamentos	19	(107.251)	(98.582)
Dividendos pagos	20	(11.795)	-
		(353.960)	(117.206)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento			
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	186.046	44.430
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	158.864	186.046

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(v).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	541.743	583.096
Outras receitas	116.016	37.510
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição	<u>(2.224)</u>	<u>138</u>
	<u>655.535</u>	<u>620.744</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(57.663)	(80.665)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(95.620)	(97.020)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(13.074)	(3.879)
Outros	<u>(46.519)</u>	<u>(4.855)</u>
	<u>(212.876)</u>	<u>(186.419)</u>
Valor adicionado bruto	<u>442.659</u>	<u>434.325</u>
Depreciação e amortização	<u>(127.127)</u>	<u>(116.525)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>315.532</u>	<u>317.800</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	<u>10.412</u>	<u>7.661</u>
	<u>10.412</u>	<u>7.661</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>325.944</u>	<u>325.461</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	<u>51.795</u>	<u>50.094</u>
Remuneração direta	30.806	30.963
Benefícios	13.188	11.760
FGTS	1.974	1.630
Outros	5.827	5.741
Impostos, taxas e contribuições	<u>34.622</u>	<u>78.261</u>
Federais	4.727	46.402
Estaduais	215	351
Municipais	29.680	31.508
Remuneração de capitais de terceiros	168.162	141.820
Remuneração de capital próprio	<u>71.365</u>	<u>55.286</u>
Valor adicionado distribuído	<u>325.944</u>	<u>325.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil" ou "Companhia") é uma Companhia que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com capital fechado, com sede na Rua Sapucaí, nº 383 no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

As operações de expansão do canal de atracação de navios no terminal portuário – ("TIPLAM") tem possibilitado crescimento das operações da Companhia, que ainda se encontram em maturação.

O controlador final da Companhia é a VLI S.A.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos
Alterações à IAS 1	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

(ii) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada.

(iii) Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são rerepresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
 - (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de *hedge* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A adoção da norma não trouxe impactos à Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, a Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iii) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção, planejamento de vendas e custos operacionais.

(iv) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
 - (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime - ECL*

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratarem de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(e)).

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas, equipamentos e instalações	41
Edifícios e benfeitorias	9

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(i) Intangível

Mais valia de exploração de concessão

A mais valia paga e que deriva de direito de exploração do terminal portuário - ("TIPLAM") é reconhecida no ativo intangível em conformidade com o ICPC 09 (R2) – "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial" e o CPC 04 / IAS 38 – "Ativo Intangível", tendo vida útil limitada ao direito de exploração do terminal, com expiração em outubro de 2039.

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Mais valia de exploração de concessão	22
Softwares, equipamentos e aplicativos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(j) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

(k) Fornecedores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(m) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;

- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 é:

	UF
Ativos de dragagem	9,49%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(n) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(o) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafertil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafertil garantido pela Resolução RN Nº 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueado a novas adesões de participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching, Phantom e Retention*) estão descritos na Nota 29. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(q) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(r) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes portuários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes portuários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes tem a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(s) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(t) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 28, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”) de acordo com os pronunciamentos do CPC 09.

(v) Fluxo de caixa

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no montante de R\$ 30.641 (Notas 13 e 19).
- (ii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 16.969, referentes ao resultado do exercício de 2021 (Nota 20);
- (iii) Provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 7 (Nota 14).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no montante de R\$ 10.406 (Notas 13 e 19).
- (ii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 13.639, referentes ao resultado do exercício de 2020 (Nota 20);

5 – Representação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão sendo rerepresentadas, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência do assunto descrito abaixo.

Até 2020, a prática contábil utilizada pela Companhia para reconhecimento de provisão para processos judiciais estabelecia a fase de execução dos processos judiciais como momento inicial para avaliação do reconhecimento e mensuração da provisão contábil, uma vez que o valor da obrigação era considerada como líquida e certa. Esta prática foi adotada consistentemente ao longo dos anos.

Em 2021, a Companhia revisou o processo de contingenciamento, visando garantir maior confiabilidade sobre o reconhecimento e mensuração dos passivos jurídicos e concluiu que a prática adotada até então deixava de capturar todos os processos que se encontravam em estágios anteriores ao de execução e que resultariam em desfecho desfavorável para Companhia, o que configurou um erro de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 23 / IAS 8.

A nova estimativa contábil adotada em 2021, e ajustada retrospectivamente, busca considerar o desfecho mais provável para a população total de processos em disputas da Companhia, não se limitando aos processos em fase executória. O julgamento da administração é complementado pela experiência e relatórios de peritos (advogados internos e externos) sendo que o risco de perda é determinado como provável de acordo com os requerimentos da norma contábil CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	01/01/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	51.023	6.762	57.785
	3.570.376	6.762	3.577.138
	3.687.580	6.762	3.694.342
Passivo			
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	436	19.891	20.327
	1.639.281	19.891	1.659.172
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	121.187	(13.129)	108.058
	1.799.958	(13.129)	1.786.829
	3.687.580	6.762	3.694.342
			31/12/2020
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	28.775	7.865	36.640
	3.531.572	7.865	3.539.437
	3.774.235	7.865	3.782.100
Passivo			
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	797	23.138	23.935
	1.542.499	23.138	1.565.637
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	167.904	(15.273)	152.631
	1.956.156	(15.273)	1.940.883
	3.774.235	7.865	3.782.100

Demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(14.502)	(1.531)	(16.033)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	222.605	(1.531)	221.074
Resultado financeiro	(134.930)	(1.716)	(136.646)
Receitas financeiras	4.083	792	4.875
Despesas financeiras	(126.097)	(2.508)	(128.605)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.675	(3.247)	84.428
Imposto de renda e contribuição social	(30.245)	1.103	(29.142)
Tributos diferidos	(22.247)	1.103	(21.144)
Lucro líquido do exercício	57.430	(2.144)	55.286
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	12,27	(0,46)	11,81

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração dos resultados abrangentes:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	57.431	(2.144)	55.287
Total do resultado abrangente do exercício	59.837	(2.144)	57.693

Demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	57.430	(2.144)	55.286
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	-	(138)	(138)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais	223	6.143	6.366
Tributos diferidos sobre o lucro	22.248	(1.104)	21.144
Provisão para processos judiciais	-	(2.758)	(2.758)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	350.055	-	350.055
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(91.233)	-	(91.233)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(117.206)	-	(117.206)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	141.616	-	141.616

Demonstração do valor adicionado:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(632)	(3.247)	(3.879)
Valor adicionado bruto	(183.172)	(3.247)	(186.419)
Valor adicionado líquido produzido	437.572	(3.247)	434.325
Valor adicionado recebido em transferência	321.047	(3.247)	317.800
Valor adicionado total a distribuir	328.708	(3.247)	325.461
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições	79.364	(1.103)	78.261
Remuneração de capital próprio	57.430	(2.144)	55.286
Valor adicionado distribuído	328.708	(3.247)	325.461

6 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	3.197	4.450
Aplicações financeiras (i)	155.667	181.596
	158.864	186.046

(i) Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,83% em 31 de dezembro de 2021 e (2020 – 103,30%) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 - Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	22.943	11.561
Contas a receber partes relacionadas	10.342	5.456
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(2.224)</u>	<u>-</u>
	<u>31.061</u>	<u>17.017</u>

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	-	(138)
(+) Aumento	(119)	(223)
(-) Redução	<u>-</u>	<u>361</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(119)</u>	<u>-</u>
		<u>31/12/2021</u>
Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)		
Saldo no início do exercício		-
(+) Aumento		(2.105)
(-) Redução		<u>-</u>
Saldo ao final do exercício		<u>(2.105)</u>
		<u>(2.224)</u>
Variação operacional - resultado		<u>(2.224)</u>
		<u>(2.224)</u>

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia (Nota 4(e)):

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	29.115	17.017
Vencidos até 3 meses	1.667	-
Vencidos de 3 a 6 meses	405	-
Vencidos acima 6 meses	<u>2.098</u>	<u>-</u>
Contas a receber de clientes	<u>33.285</u>	<u>17.017</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstrados conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Acionista (i)	-	5.456
Outros	10.342	-
	10.342	5.456
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 15)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	1.190	961
Controladora final (VLI S.A.)	497	346
Entidades sob o controle da Controladora	-	32
Outras (ii)	108	109
	1.795	1.448
Obrigações de arrendamento		
Outras (ii)	72.312	53.377
	72.312	53.377
Passivo não circulante		
Obrigações de arrendamento		
Outras (ii)	221.430	287.166
	221.430	287.166
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Acionista (i)	121.055	154.831
Outras	-	1.118
	121.055	155.949
Custos e despesas		
Custo dos serviços		
Outras	(1.392)	(1.758)
	(1.392)	(1.758)
Previdência complementar		
Outras	(3.224)	(2.622)
	(3.224)	(2.622)
Receitas (despesas) operacionais (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(11.108)	(13.283)
Controladora final (VLI S.A.)	(4.273)	(2.419)
	(15.381)	(15.702)
Outras	11	-
	11	-

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	10.330	5.456
Vencidos até 3 meses	12	-
	10.342	5.456

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Tratam-se dos recebíveis e receitas de serviço portuário mantidos com a acionista Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.

(ii) Referem-se as obrigações de arrendamento dos ativos de dragagem com a Salus Infraestrutura Portuária S.A.

(iii) Saldos referem-se substancialmente despesas com compartilhamento de gastos representam os gastos com serviços prestados, envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(11.108)	(13.283)
Controladora Final	<u>(4.273)</u>	<u>(2.419)</u>
	<u>(15.381)</u>	<u>(15.702)</u>

8.1 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 25(a)).

9 - Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	7.299	8.350
Combustíveis, lubrificantes e gases	436	412
Materiais de consumo de oficina e manutenção	6.155	4.421
Materiais elétricos e eletrônicos	3.206	3.475
Outros materiais	<u>1.525</u>	<u>1.702</u>
	<u>18.621</u>	<u>18.360</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 871 (2020 – R\$ 118) de provisões para desvalorização de estoques.

10 - Tributos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	527	527
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.011	1.236
PIS e COFINS a compensar	3.847	-
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	9.257	15.746
Outros	<u>4</u>	<u>6</u>
	<u>14.646</u>	<u>17.515</u>
Não circulante		
PIS e COFINS a compensar	11.542	12.664
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	9.002	-
Outros	<u>139</u>	<u>-</u>
	<u>20.683</u>	<u>12.664</u>
Total – tributos a recuperar	<u>35.329</u>	<u>30.179</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

11 - Demais ativos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	289	351
Adiantamento a fornecedores	-	173
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	385	1.658
Outros	688	655
Total demais ativos circulantes	<u>1.362</u>	<u>2.837</u>
Não circulante		
Subcrédito social pago antecipadamente	3.007	3.663
Outros	9	83
Total demais ativos não circulantes	<u>3.016</u>	<u>3.746</u>
	<u>4.378</u>	<u>6.583</u>

12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 12.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		<u>01/01/2020</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos Judiciais (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos Judiciais (Reapresentado – Nota 5)</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos Judiciais (Reapresentado – Nota 5)</u>
Trabalhistas	165	2.898	143	1.184	-	2.729
Tributárias	35.354(i)	-	-	-	-	-
Cíveis	-	50.347	50	22.751	-	17.598
	<u>35.519</u>	<u>53.245</u>	<u>193</u>	<u>23.935</u>	<u>-</u>	<u>20.327</u>

(i) Substancialmente referente a discussões sobre a tributação do imposto de renda e contribuição social sobre ganhos decorrentes correções monetárias indexados parcialmente à SELIC. Pelo ICPC 22 / IFRIC 23, chances de êxito são mais que prováveis e, portanto, não se constituiu provisões de perda para tal.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	Adições/ reversões	Pagamento	Adições/ reversões juros e atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	1.184	2.218	(927)	423	2.898
Cíveis	22.751	10.406	(0)	17.190	50.347
Outros	-	1.252	(1.326)	74	-
	23.935	13.876	(2.253)	17.687	53.245

	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)	Adições/ reversões	Pagamento	Adições/ reversões juros e atualização monetária	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Trabalhistas	2.729	511	(2.335)	279	1.184
Cíveis	17.598	3.296	(340)	2.197	22.751
Outros	-	50	(83)	33	-
	20.327	3.857	(2.758)	2.509	23.935

Na cisão parcial da Ultrafertil S.A., ocorrida em 1º de junho de 2012, as provisões de passivos contingentes foram vertidas pelos respectivos valores contábeis (à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.).

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S.A. pela TUF Empreendimentos e Participações S.A., ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.) detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.).

12.1 – Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 266.292 (2020 – R\$ 213.678 e 01/01/2020 – R\$ 143.320), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Trabalhistas	1.525	1.119	7.509
Cíveis (i)	233.095	186.435	135.012
Tributárias	31.672	26.124	799
	266.292	213.678	143.320

(i) Trata-se substancialmente de processos cíveis em estágio de arbitragem e que envolvem discussões de prejuízos incorridos na prestação de serviços de fornecedores na expansão do TIPLAM, bem como processos que envolvem aos valores eventualmente devidos pela retirada do patrocínio da Ultrafertil do plano Petros.

Sumário das principais causas:

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível – 31/12/2010	Breve descrição do processo
Cíveis	Arbitragem	R\$ 11.000	Objeto: Cliente busca indenização por custos decorrentes de prorrogação contratual e redução de escopo no âmbito do Contrato de Empreitada firmado para realização de obras civis para infraestrutura de construção da ampliação do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita. A Ultrafertil apresentou pedido contraposto contra o cliente, em busca do pagamento de multa, perdas e danos por descumprimento dos marcos contratuais; indenização pelos danos causados por defeitos construtivos e falta de qualidade nas obras; indenização pelo valor que a Ultrafertil vier a ter que pagar à fornecedores específicos, em razão dos alegados danos decorrentes do uso de chumbadores que não os do fornecedor nas obras do TIPLAM, conforme venha a ser determinado e apurado em Procedimento Arbitral acrescidos das despesas com o procedimento e honorários de advogado da requerida; e, subsidiariamente ao pedido precedente, caso a sentença desse Procedimento seja proferida anteriormente àquela de procedimento arbitral, Andamento atual: Resposta às alegações Iniciais apresentadas pela Ultrafertil em novembro de 2020.
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 30.667	Objeto: empresa teria promovido a retenção a menor do ISSQN incidente sobre a contratação de serviços
Cíveis	Arbitragem	R\$ 23.095	Andamento atual: Aguardando Julgamento do Recurso Voluntário. Objeto: Procedimento arbitral instaurado pela Ultrafertil em face da Petros, tendo por objeto a discussão atinente aos valores eventualmente devidos pela retirada do patrocínio da Ultrafertil do plano Petros-Ultrafertil.
Cíveis	Ação Ordinária	Valor inestimável	Andamento atual: Aguardando Julgamento pelo Árbitro Objeto: Ação popular ajuizada para suspender dragagem portuária e anular as licenças ambientais expedidas sob alegação de existência de danos ambientais e vícios no processo de licenciamento.
Cíveis	Arbitragem	R\$ 162.054	Andamento atual: Em mai/21, foi proferido despacho reconhecendo a competência da 3ª Vara Federal de Santos e determinando a regularização do polo passivo, vez que as autoridades responsáveis pela prática do ato impugnado ainda não estavam integradas na ação (art. 6º Lei Ação Popular). Em jun/21, o autor requereu a inclusão no polo passivo das autoridades supostamente responsáveis pelo ato impugnado. Atualmente aguarda-se a apreciação do pedido de inclusão das autoridades no polo passivo. Objeto: Procedimento Arbitral instaurado por fornecedora contra a Ultrafertil, com base no contrato de fornecimento firmado entre as partes para a prestação de serviços e materiais para o projeto de expansão do TIPLAM. Ambas as partes apresentam pedidos de indenização, multa e reembolso dos custos despendidos em razão do referido contrato.

Andamento atual: Aguardando Julgamento pelo Árbitro.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios, equipamentos e Instalações (a)	Máquinas, equipamentos auxiliares e veículos	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.513.259	5.261	128.331	41.617	3.688.468
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 19)	10.206	-	-	-	10.206
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	193	-	-	-	193
Adições	-	-	90.835	-	90.835
Transferências (b)	152.804	36	(122.672)	(30.200)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.676.462	5.297	96.494	11.417	3.789.670
Valor de depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(470.661)	(817)	-	(485)	(471.963)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	(26.851)	-	-	-	(26.851)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	273	-	-	-	273
Adições	(83.968)	(262)	-	(1.988)	(86.218)
Transferências (b)	(1.322)	-	-	1.322	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(582.529)	(1.079)	-	(1.151)	(584.759)
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.676.462	5.297	96.494	11.417	3.789.670
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 19)	30.641	-	-	-	30.641
Adições	541	-	48.162	-	48.703
Baixas	(3.475)	-	-	-	(3.475)
Transferências (b)	106.774	976	(112.000)	856	(3.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.810.943	6.273	32.656	12.273	3.862.145
Valor de depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(582.529)	(1.079)	-	(1.151)	(584.759)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	(27.773)	-	-	-	(27.773)
Adições	(91.969)	(229)	-	(938)	(93.136)
Baixas	459	-	-	-	459
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(701.812)	(1.308)	-	(2.089)	(705.209)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	3.093.933	4.218	96.494	10.266	3.204.911
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	3.109.131	4.965	32.656	10.184	3.156.936

(a) Em 31 de dezembro de 2021, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes aos ativos de dragagem montam a R\$ 513.057 (2020 - R\$ 510.188).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e intangíveis.

14 - Intangível

	Mais valia de direito de exploração de concessão (a)	Softwares	Intangível em aquisição	Outros	Total
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	265.927	231	213	9.859	276.230
Adições	-	-	684	-	684
Baixas	-	-	-	(19)	(19)
Transferências (b)	-	32	-	-	32
Saldo em 31 de dezembro de 2020	265.927	263	897	9.840	276.927
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.330)	(200)	-	-	(24.530)
Adições	(12.165)	(24)	-	-	(12.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(36.495)	(224)	-	-	(36.719)
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	265.927	263	897	9.840	276.927
Adições	-	-	588	-	588
Provisão para baixa de estoques	-	-	(7)	-	(7)
Transferências (b)	-	3.395	(1)	-	3.394
Saldo em 31 de dezembro de 2021	265.927	3.658	1.477	9.840	280.902
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(36.495)	(224)	-	-	(36.719)
Adições	(12.165)	(1.032)	-	-	(13.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(48.660)	(1.256)	-	-	(49.916)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	229.432	39	897	9.840	240.208
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	217.267	2.402	1.477	9.840	230.986

- (a) Mais valia de direito de exploração da concessão registrada por conta da incorporação reversa da TUF e com base no ICPC 09 (R2). Os direitos são amortizados até o término da licença de exploração do TIPLAM, que se dará em 2039.

- (b) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e intangíveis.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 – Fornecedores e contas a pagar

O saldo refere-se substancialmente a compra de serviços, combustíveis, materiais, destinados a operação e manutenção das instalações da Companhia.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores - terceiros (a)	29.113	27.172
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 8)	<u>1.795</u>	<u>1.447</u>
	<u>30.908</u>	<u>28.619</u>
Contas a pagar (b)	<u>1.400</u>	<u>1.116</u>
	<u>1.400</u>	<u>1.116</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercado interno	28.990	27.183
Mercado externo	<u>123</u>	<u>(11)</u>
	<u>29.113</u>	<u>27.172</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

Até 31 de dezembro de 2020, os títulos a pagar totalizavam R\$ 1.116, sendo R\$ 527 com prazo de pagamento de 360 dias, sendo o último vencimento a pagar em 30/07/2021. As demais aquisições totalizaram R\$ 590 com prazos de pagamentos de até 90 dias.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos Financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
FINEM	TJLP + 2,12% a.a. a TJLP + 3,32% a.a.	143.387	135.361
Custo de Transação		<u>(1.087)</u>	<u>(1.064)</u>
		142.300	134.297
Debêntures	IPCA + 5,325% a.a. a IPCA + 9,06% a.a.	16.101	14.956
Custo de Transação		<u>(289)</u>	<u>(236)</u>
		15.812	14.720
Total Circulante		158.112	149.017
Não circulante			
FINEM	TJLP + 2,12% a.a. a TJLP + 3,32% a.a.	791.135	931.680
Custo de Transação		<u>(5.032)</u>	<u>(6.206)</u>
		786.103	925.474
Debêntures	IPCA + 5,325% a.a. a IPCA + 9,06% a.a.	295.597	279.977
Custo de Transação		<u>(1.296)</u>	<u>(1.316)</u>
		294.301	278.661
Total não circulante		1.080.404	1.204.135
		1.238.516	1.353.152

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	Adição			Amortização			31/12/2021
		Juros apropriados (i)	Correção monetária	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação	
FINEM	1.067.041	68.329	-	-	(132.434)	(68.414)	-	934.522
Debêntures	294.933	19.967	30.864	-	(10.341)	(23.725)	-	311.698
Custos de Transação	(8.822)	-	-	(318)	-	-	1.436	(7.704)
	1.353.152	88.296	30.864	(318)	(142.775)	(92.139)	1.436	1.238.516

	31/12/2019	Adição			Amortização			31/12/2020
		Juros apropriados (i)	Correção monetária	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação	
FINEM	1.089.610	73.754	-	-	(58.991)	(37.332)	-	1.067.041
Debêntures	295.975	17.437	13.822	-	(10.338)	(21.963)	-	294.933
Custos de Transação	(9.858)	-	-	(242)	-	-	1.278	(8.822)
	1.375.727	91.191	13.822	(242)	(69.329)	(59.295)	1.278	1.353.152

(i) Não houve capitalização no ativo imobilizado de juros ou custos de transação em 2021 ou 2020.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa			
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(142.775)	(142.775)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(92.139)	(92.139)	-

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa			
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(69.329)	(69.329)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(59.295)	(59.295)	-

16.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
De um a dois anos	239.537	156.869
De dois a três anos	250.660	230.615
De três a quatro anos	262.640	241.757
De quatro a cinco anos	204.233	253.757
Acima de cinco anos	123.334	321.137
	1.080.404	1.204.135

16.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2021	Garantias
FINEM	101.938	Contrato de penhor das ações da Ultrafertil
Debêntures	967.915	Contrato de penhor das ações da Ultrafertil
	1.069.853	

Avais e fianças

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos e montam, no Grupo a R\$ 17.349 (2020 – R\$ 27.110).

16.4 - Covenants

A Companhia possui em alguns contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição anual apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

17 - Tributos a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos a recolher		
ICMS	215	48
IRRF	451	161
PIS e COFINS	5.245	2.619
ISSQN	2.862	4.161
Outros	<u>2</u>	<u>159</u>
	<u>8.775</u>	<u>7.148</u>

18 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e encargos	2.117	1.860
Provisão para férias e 13º salário	2.799	2.883
Benefícios trabalhistas	4	66
Participação nos resultados	6.063	5.351
Outros	<u>76</u>	<u>228</u>
	<u>11.059</u>	<u>10.388</u>

19 – Arrendamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>31/12/2021</u>
Dragagem	340.543	(107.251)	30.809	30.641	294.742
	<u>340.543</u>	<u>(107.251)</u>	<u>30.809</u>	<u>30.641</u>	<u>294.742</u>
Circulante	52.553				72.312
Não circulante	341.495				222.430

	<u>31/12/2019</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Atualizações monetárias</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2020</u>
Dragagem	394.048	(98.582)	35.443	10.206	(570)	340.543
	<u>394.048</u>	<u>(98.582)</u>	<u>35.443</u>	<u>10.206</u>	<u>(570)</u>	<u>340.543</u>
Circulante	52.553					53.377
Não circulante	341.495					287.166

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se as obrigações referente aos ativos de dragagem, que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>
Arrendamentos de curto prazo	11	271
Ativos de baixo valor	187	125
Ativos nos quais não se qualifica controle	<u>17.237</u>	<u>18.023</u>
	<u>17.435</u>	<u>18.419</u>

19.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2021</u> <u>Valor</u> <u>presente</u>	<u>Direito</u> <u>potencial</u> <u>Fluxo de caixa</u> <u>nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	31.500	35.362
	<u>31/12/2020</u> <u>Valor</u> <u>presente</u>	<u>Direito</u> <u>potencial</u> <u>Fluxo de caixa</u> <u>nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	36.449	52.887

19.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Varição - %
Passivo de arrendamento	294.742	338.909	15,0%
Direito de uso	513.057	530.722	3,4%
Despesas financeiras (bruta)	(30.809)	(36.573)	18,7%
Depreciação (bruta)	(27.773)	(29.898)	7,7%

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Varição - %
Passivo de arrendamento	340.543	374.213	9,9%
Direito de uso	510.188	544.450	6,7%
Despesas financeiras (bruta)	(35.443)	(39.690)	12,0%
Depreciação (bruta)	(26.578)	(28.737)	8,1%

20 - Dividendos a pagar

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício (i)	71.365	57.430
Reserva legal - 5%	(3.568)	(2.871)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	67.797	54.559
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (i)	16.949	-
Dividendos 2020 – ainda não pagos	1.844	13.639
Dividendos 2017 – ainda não pagos (previsão de pagamento posterior a 2022)	11.022	11.022
Dividendos propostos a pagar	29.815	24.661

(i) Em 31 de dezembro de 2020, distribuição mínima estipulada com base nos valores originalmente divulgados (Nota 5).

21 – Demais passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Diversos	2.003	1.121
	2.003	1.121
Não circulante		
Provisão de ativos (a)	38.676	-
	38.676	-
	40.679	1.121

(a) Provisão referente a obrigação contratual assumida em março de 2021 a qual prevê a transferência de ativos para terceiros. A expectativa da Companhia é que a materialização dessa obrigação presente se dará em 2023, sendo R\$ 38.676 o valor provisionado com base na estimada para tal e tendo sido as mesmas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato estabelece ainda, subseqüentemente à transferência dos ativos, a possibilidade de a operação desses ativos ser transferida para outra localidade, fora das instalações da Ultrafertil, hipótese que se encontra sujeita a condições precedentes. Se essa hipótese se materializar, a Ultrafertil terá a obrigação de compensar montantes adicionais limitados a R\$ 333 milhões, conforme contrato firmado entre as partes. Conforme CPC 25 / IAS 37, a Companhia concluiu que não é provável a saída de recursos para a transferências dos ativos para outra localidade e, portanto, nenhuma provisão foi registrada na data dessas demonstrações financeiras.

22 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 24 de abril de 2020 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 70.000, mediante a emissão de 172.5460 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente integralizadas pela VLI Multimodal S.A. O preço por ação foi de R\$ 405,69, de acordo com laudo técnico contábil, sendo R\$ 0,01 destinado ao capital social e R\$ 405,68 para reserva de capital, totalizando R\$ 3 e R\$ 109.997, respectivamente.

O capital social da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.431.924 (2019 - R\$ 1.431.921) totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.738.223 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>Capital social em R\$</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
VLI Multimodal S.A.	1.226.299.813,00	4.057.930	85,64%
Vale S.A.	193.596.140,50	640.535	13,52%
Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.)	12.028.162,78	39.758	0,84%
	<u>1.431.924.116,28</u>	<u>4.738.223</u>	<u>100,00%</u>

(b) Reserva de capital

A reserva de capital refere-se a mais valia de direito de exploração de concessão, no montante de R\$ 265.928, originado da incorporação da TUF Empreendimentos e Participações S.A. no ano de 2017, uma vez que de acordo com ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”, deriva de direito de exploração do TIPLAM. Subseqüentemente a Incorporação da TUF Empreendimentos, a mais valia foi registrada no grupo de reserva de capital da incorporadora.

Em 31 de dezembro de 2021, está representada também pelas diferenças do preço de emissão de ações incorridas em 21 de junho de 2019 e 23 de outubro de 2020 e o valor destinado ao capital social, nos termos do artigo 182, §1º, a da Lei 6.404/76 (Nota 22(a)).

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 20.399 (2020 – R\$ 20.103) são referentes aos ajustes de reavaliação de ativos (“*deemed cost*”) oriundos da TUF Empreendimentos e Participações S.A., objeto de incorporação reversa pela Ultrafertil. Ao longo do exercício de 2021, R\$ 4.753 (2020 – R\$ 2.925) foram realizados para lucros acumulados.

Em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 44.453) (2020 – (R\$ 39.700)) são referentes a perdas atuariais resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Companhia e em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar.

(d) Lucro básico e diluído por ação

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2021
Lucro líquido do exercício (4.738.223 x 12/12)	71.365 <u>4.738.223</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>15,06</u>
Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2020 (Reapresentando - Nota 5)
Lucro líquido do exercício (4.565.677 x 4/12 + 4.738.223 x 8/12)	55.286 <u>4.680.708</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>11,81</u>

(e) Reservas legal e de expansão

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

23 - Receita líquida de serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	518.021	564.981
Receita de serviços acessórios	23.722	18.115
	<u>541.743</u>	<u>583.096</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(27.707)	(29.529)
PIS	(4.654)	(5.345)
COFINS	(21.436)	(24.620)
	<u>(53.797)</u>	<u>(59.494)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>487.946</u>	<u>523.602</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(56.338)	(53.110)
Material	(14.997)	(11.905)
Combustíveis	(2.686)	(2.506)
Serviços contratados	(38.658)	(44.850)
Serviços de dragagem (i)	(1.359)	(1.704)
Depreciação e amortização (ii)	(127.127)	(116.525)
Tributos e taxas	(3.535)	(3.947)
Aluguéis	(17.435)	(18.419)
Seguros	(2.644)	(2.977)
Utilities	(11.975)	(12.939)
Viagens	(260)	(150)
Outros	(17)	(153)
	<u>(277.031)</u>	<u>(269.185)</u>

- (i) Com a obtenção das licenças referente ao aumento do calado do canal Piaçaguera no terminal portuário do TIPLAM em abril de 2018, os custos referentes a dragagem e registrados como despesas antecipadas estão sendo apropriados ao resultado da Companhia.
- (ii) Contempla R\$ 27.773 (2020 – R\$ 26.851) referente a depreciação dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 6.979 (2020 – R\$ 6.958) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

25 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aluguéis	-	(2)
Pessoal	(140)	(762)
Serviços contratados	(13.954)	(624)
Compartilhamento de gastos (i)	(15.381)	(15.702)
Material	(8)	(169)
Tributos e Taxas	(43)	(10)
Viagens	(2)	(14)
Outros	(112)	(165)
	<u>(29.640)</u>	<u>(17.448)</u>

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada indireta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.160	742
Venda de ativos	394	286
Recuperação de despesas	2.014	-
Recomposição patrimonial (i)	106.042	-
Outras	36	-
	110.646	1.028
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(376)	(366)
Baixa de ativos	(3.016)	(19)
Custo com venda de materiais	(19)	(107)
Pesquisa e desenvolvimento	(379)	(7)
Provisão para desvalorização de estoques	(760)	(118)
Take or Pay	-	(3.691)
Perda de recebíveis	(269)	-
Provisão de ativos (Nota 21)	(38.676)	-
Provisão para processos judiciais	(13.876)	(3.857)
Indenizações	(6.775)	(7.965)
Outras	(2.351)	(931)
	(66.497)	(17.061)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	44.149	(16.033)

(i) Em 2017, a Companhia ingressou com Liquidação por Arbitramento referente à decisão transitada em julgado do mérito que reconheceu parcialmente o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório, relativamente à terceira conversão de ações entre o período de 1987 a 1994. Em 2021, a Companhia requereu o pagamento da parcela do valor incontroverso reconhecido pela contraparte, o que foi deferido pelo juízo, tornando-se praticamente certo, tendo sido os referidos valores depositados em conta judicial e registrados como outras receitas operacionais nas demonstrações financeiras da Companhia. Por fim, em outubro de 2021, foi realizada a transferência do montante de R\$106.042 da conta judicial para o caixa da Companhia.

26 - Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	7.261	4.009
Juros, taxa e multas de mora	24	51
Instrumentos financeiros derivativos – NDF realizada	-	16
Outras receitas financeiras	-	799
	7.285	4.875
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(586)	(572)
Despesa com seguro garantia	(106)	(90)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(88.296)	(91.191)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(1.436)	(1.278)
Encargos por atraso	(229)	(114)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.038)	(199)
Juros, taxas e multas	(53)	(24)
Despesas financeiras – arrendamento (i)	(27.278)	(32.612)
Ajuste a valor presente	(13)	(16)
Juros sobre provisão de contingências	(17.687)	(2.509)
Outras despesas financeiras	(1)	-
	(136.723)	(128.605)

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	<u>(29.936)</u>	<u>(12.916)</u>
Resultado financeiro	<u>(159.374)</u>	<u>(136.646)</u>

- (i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 3.531 (2020 - R\$ 2.209) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

27 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)
Imposto de renda e contribuição social			
Perdas por redução ao valor recuperável	756	-	47
Provisão para processos judiciais	18.103	8.136	6.910
Diferença de bases - Mais valia de concessão	15.203	16.055	16.908
Outras	2.060	1.819	3.834
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	<u>49.934</u>	<u>40.553</u>	<u>44.053</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>86.056</u>	<u>66.563</u>	<u>71.752</u>

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía ativos de impostos decorrentes de prejuízo fiscal sobre imposto de renda e base negativa da contribuição social não reconhecidos.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)
2020	-	-	4.897
2021	-	10.768	10.294
2022	8.021	12.439	19.737
2023	17.726	17.429	19.215
2024	19.716	10.497	2.510
2025	18.026	2.122	4.603
2026 a 2029	10.651	4.926	10.496
2030 em diante	<u>11.916</u>	<u>8.382</u>	<u>-</u>
	<u>86.056</u>	<u>66.563</u>	<u>71.752</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Depreciação acelerada	(450)	(450)
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(30.205)	(15.707)
<i>Deemed cost</i> e reavaliação de ativos (Nota 22(c))	(7.239)	(9.688)
Outras	(3.767)	(4.078)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>(41.661)</u>	<u>(29.923)</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado - Nota 5)</u>
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	<u>44.395</u>	<u>36.640</u>	<u>57.785</u>

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	(1.885)
2022	(1.854)	(1.885)
2023	(1.854)	(1.885)
2024	(1.854)	(1.885)
2025	(9.861)	(9.892)
2026 a 2029	(25.484)	(12.083)
2030 em diante	(754)	(408)
	<u>(41.661)</u>	<u>(29.923)</u>

Movimentação dos tributos diferidos:

	<u>01/01/2020 (Reapresentado - Nota 5)</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	47	(47)	-	756	756
Provisão para processos judiciais	6.910	1.226	8.136	9.967	18.103
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(2.378)	(13.329)	(15.707)	(14.498)	(30.205)
Diferença de bases - Mais valia de concessão	16.908	(853)	16.055	(852)	15.203
Depreciação acelerada	(394)	(56)	(450)	-	(450)
<i>Deemed cost</i> e reavaliação de ativos	(11.195)	1.507	(9.688)	2.449	(7.239)
Outras	3.834	(6.092)	(2.258)	549	(1.707)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	44.053	(3.501)	40.552	9.382	49.934
	<u>57.785</u>	<u>(21.144)</u>	<u>36.640</u>	<u>7.753</u>	<u>44.395</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	63.826	84.428
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	(21.701)	(28.706)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	-	144
Multas não dedutíveis	(53)	(129)
Despesas não dedutíveis	(232)	(230)
Perdas de recebíveis não cobráveis	(91)	2
Custos com baixa de ativos	(1.025)	(6)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	131	92
Retificação de obrigações acessórias	(214)	-
Indenizações	31.099	-
Outras	(375)	(309)
	29.240	(436)
Tributos sobre o lucro	7.539	(29.142)
Alíquota efetiva	11,81%	(34,52%)

Em 31 de dezembro de 2021, os efeitos fiscais relativo aos efeitos de remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 29) relativos aos outros resultados abrangentes montam em (R\$ 101) (2020 – R\$ 818).

28 - Informação por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de portos.

29 - Benefícios a empregados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Incentivos a longo prazo – ILP (Nota 281)	124	6
Planos de previdência privada (Nota 29.2)	52.264	50.355
	52.388	50.361

29.1- Incentivos de Longo Prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de abril de 2021, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Phantom: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o vesting. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Retention: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de “ações virtuais” sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o vesting. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2021, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 124 (2020 - R\$ 6).

29.2- Planos de Previdência Privada

A Ultrafertil, por intermédio da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (“Petros”), segundo maior fundo de pensão da América Latina que administra 39 planos de previdência complementar, mantém o plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993, e que optaram por aderir ao Plano. O referido plano foi encerrado não se admitindo o ingresso de novos participantes no plano, conforme disposto do Convênio de Adesão firmado entre a Petros e a Ultrafertil S.A. (no item 3.2 da cláusula terceira), à época. A Patrocinadora, no caso de serem insuficientes os recursos do plano, assumirá a responsabilidade de encargos adicionais, na proporção de suas contribuições.

Desde outubro de 2011, novo plano de previdência complementar entrou em vigor (Plano Vale Mais - VALIA) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano Petros.

A Companhia, em conformidade com convenções trabalhistas mantidas com os sindicatos, proporciona benefícios pós-emprego envolvendo os planos de saúde e multa de FGTS. A Companhia constitui passivos inerentes a estes benefícios com base nos laudos atuariais emitidos por consultoria especializada.

No Benefício de Assistência Médica, a Companhia garante assistência médica durante 2 (dois) anos aos empregados e seus respectivos dependentes, como tal considerados pelo INSS que, na data do efetivo desligamento do quadro de funcionários da Empresa, já estiverem aposentados voluntariamente, compulsoriamente ou por motivo de invalidez permanente. Beneficiará também o empregado que comprovar o direito à aposentadoria do INSS até 90 (noventa) dias após o término do aviso prévio.

Para o Benefício de Multa do FGTS, a Companhia garante a incidência sobre as verbas indenizatórias para os casos enquadrados nas cláusulas específicas de empregados dispensados sem justa causa e em vias de aposentadoria, conforme critérios definidos no Acordo Coletivo.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contribuições

Em 31 de dezembro de 2021 o plano Petros possuía 2 participantes (2 participantes em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 o plano de previdência Vale Mais – VALIA, possuía 365 participantes (2020 - 397).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu para os planos atuariais da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Petros – valores extraordinários	1.049	733
Petros – valores normais/Ordinária	31	36
Valia – Contribuição normal/Ordinária	453	576
Ajustes atuariais (sem impacto em caixa)	<u>1.691</u>	<u>1.277</u>
	<u>3.224</u>	<u>2.622</u>

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	Plano de pensão						Outros benefícios			
	Total		Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	26.318	26.863	5.230	4.294	21.088	22.569	-	-	-	-
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.797	1.709	359	273	1.438	1.436	-	-	-	-
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	1.815	1.864	442	537	935	676	255	451	183	200
Fluxos de caixa – contribuição paga pelo participante	14	198	-	-	14	198	-	-	-	-
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(671)	(1.735)	(166)	(214)	(505)	(1.521)	-	-	-	-
Fluxos de caixa – benefícios pagos diretamente pela empresa	(438)	(651)	-	-	-	-	(255)	(451)	(183)	(200)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(8.817)	(1.930)	(897)	340	(7.920)	(2.270)	-	-	-	-
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	20.018	26.318	4.968	5.230	15.050	21.088	-	-	-	-

Reconciliação do benefício definido	Plano de pensão						Outros benefícios			
	Total		Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(71.835)	(74.025)	(392)	(403)	(59.516)	(63.401)	(330)	(222)	(11.597)	(9.999)
Custo do serviço corrente	(211)	(297)	(72)	(50)	(17)	(39)	(61)	(106)	(61)	(102)
Custo dos juros	(4.918)	(4.761)	(27)	(26)	(4.061)	(4.027)	(22)	(13)	(808)	(695)
Benefícios pagos pelo plano	671	1.735	166	214	505	1.521	-	-	-	-
Contribuição paga diretamente pela empresa	438	651	-	-	-	-	255	451	183	200
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	7.682	5.221	(13)	(1.209)	7.695	6.430	-	-	-	-
Efeito da experiência do plano	329	(359)	(192)	1.082	-	-	(148)	(440)	669	(1.001)
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(67.844)	(71.835)	(530)	(392)	(55.394)	(59.516)	(306)	(330)	(11.614)	(11.597)

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano de pensão								Outros benefícios	
	Total		Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo										
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do exercício anterior	(45.517)	(47.162)	4.838	3.891	(38.428)	(40.832)	(330)	(222)	(11.597)	(9.999)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(3.332)	(3.349)	260	197	(2.640)	(2.630)	(83)	(119)	(869)	(797)
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(806)	2.932	(1.102)	213	(225)	4.160	(148)	(440)	669	(1.001)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	1.815	1.864	442	537	935	676	255	451	183	200
Contribuição do participante	14	198	-	-	14	198	-	-	-	-
Valor líquido do (passivo) / ativo no final do exercício	(47.826)	(45.517)	4.438	4.838	(40.344)	(38.428)	(306)	(330)	(11.614)	(11.597)

	Plano de pensão								Outros benefícios	
	Total		Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reconciliação do asset ceiling										
Saldo no início do exercício	4.838	3.891	4.838	3.891	-	-	-	-	-	-
Receita de juros	359	273	359	273	-	-	-	-	-	-
Mudanças no teto do ativo	(759)	674	(759)	674	-	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	4.438	4.838	4.438	4.838	-	-	-	-	-	-

	Plano de pensão								Outros benefícios	
	Total		Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor reconhecido no balanço patrimonial										
Valor presente dos passivos atuariais	(67.844)	(71.835)	(530)	(392)	(55.394)	(59.516)	(306)	(330)	(11.614)	(11.597)
Valor justo dos ativos	20.018	26.318	4.968	5.230	15.050	21.088	-	-	-	-
Efeito do limite do asset ceiling	(4.438)	(4.838)	(4.438)	(4.838)	-	-	-	-	-	-
Passivo reconhecido no balanço	(52.264)	(50.355)	-	-	(40.344)	(38.428)	(306)	(330)	(11.614)	(11.597)

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	552,59 9%	412,96 5,84%	61.137,05 7,00%	66.823,77 5,88%	336,28 9,00%	356,54 5,21%	14.047,33 9,25%	14.341,53 5,96%
2. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	517,42 11%	380,37 5,84%	50.578,71 9,00%	53.541,91 7,95%	279,67 11,00%	308,54 7,28%	9.756,21 11,35%	9.541,30 8,02%

Fluxos de caixa esperados para o próximo ano	Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	1.631,34	577,70	934,64	676,27	160,74	344,29	334,68	254,33
2. Contribuição esperada da empresa para direito	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano 1	144,74	120,11	4.592,37	4.125,65	160,74	344,29	334,68	254,33
Ano 2	133,40	98,42	4.592,10	4.122,34	172,52	370,46	320,64	263,59
Ano 3	108,04	89,77	4.588,77	4.122,44	183,06	387,47	327,51	259,61
Ano 4	104,70	90,12	4.588,46	4.122,47	181,33	380,21	311,38	261,67
Ano 5	101,19	87,11	4.588,15	4.119,13	177,25	365,56	317,20	256,73
Próximos 5 anos	414,39	378,49	22.949,95	20.612,02	556,20	949,93	2.972,88	2.528,69

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano de pensão				Outros Benefícios			
	Vale Mais		Petros		Multa FGTS		Assistência Médica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido								
Taxa nominal de desconto	10,31%	6,87%	10,31%	6,82%	10,25%	6,24%	10,30%	6,99%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,91%	5,34%	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%	N/A	N/A
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%	5,02%	3,27%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido								
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto	6,87%	6,35%	6,82%	6,35%	6,24%	5,98%	6,99%	6,95%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,34%	5,43%	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%	N/A	N/A
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%	3,27%	3,36%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Segregada por Sexo Suav. 10%	AT-2000 Basic – Suav. 10%	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Segregada por sexo - desagradada em 10%	AT-2000 Basic	AT-2000 Segregada por sexo - desagradada em 10%	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos								
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468	20,0500	20,0457	20,4500	20,0456	20,4500	20,0457
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958	42,090	42,092	42,7000	42,092	42,7000	42,092

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos por categoria

Plano deficitário - Petros	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia
Renda fixa	10.138	14.207	Níveis 1 e 2
Renda variável	3.868	5.420	Níveis 1 e 2
Estruturado	163	228	Nível 3
Imobiliário	624	874	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	218	305	Nível 3
Total dos investimentos	15.011	21.034	
Valores a pagar / receber	39	54	-
Total dos recursos garantidores	15.050	21.088	
Planos superavitários – Valemais	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia
Renda fixa	3.617	3.827	Níveis 1 e 2
Renda variável	513	715	Níveis 1 e 2
Estruturado	377	342	Nível 3
Exterior	215	79	Nível 3
Imobiliário	92	119	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	154	148	Nível 3
Total dos investimentos	4.968	5.230	

30 - Instrumentos financeiros

30.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de derivativos financeiros é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de derivativos financeiros, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos (i)	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras e clientes</i> Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
	Liquidez das aplicações financeiras	Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras</i>

(i) Sem exposição nos exercícios findos em 31 de dezembro e 2021 e 2020.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos pode impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 30.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR) e Renminbi chinês (CNY).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação, fornecedores e os eventuais instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção. #

#

#	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Caixa	2.424	2.455	2.909	3.273
	2.424	2.455	2.909	3.273
Efeito líquido no resultado			31	485
				849

(i) Efeitos líquidos nos cenários de sensibilidade evidenciam a proteção do hedge econômico fruto da gestão de risco cambial.

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY
Exercício findo em 31/12/2021	5,5799	4,0432	6,3187	0,8783

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR):

- Cenário real: Indexador corrente e despesa financeira apurada;
- Cenário I: 110% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+10%);
- Cenário II: 120% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+20%);
- Cenário III: 135% do CDI indexador e despesa financeira projetada (+35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 6), contas a pagar (Nota 15), empréstimos e financiamentos (Nota 16) e arrendamentos (Nota 19), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021			
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	9,15%	8,24%	6,86%	4,58%
	31/12/2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	7.261	6.535	5.446	3.630

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do exercício, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (TJLP e IPCA). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

31/12/2021					
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
TJLP	5,32%	5,85%	6,38%	7,18%	
IPCA	10,07%	11,08%	12,08%	13,59%	
		31/12/2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros – TJLP		89.356	98.292	107.228	120.631
Encargos Financeiros – IPCA		29.804	32.784	35.764	40.235

(b) Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	158.864	186.046
Contas a receber de terceiros (ii)	22.943	11.561
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	<u>10.342</u>	<u>5.456</u>
	<u>192.149</u>	<u>203.063</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite máximo consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
 - títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
 - renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
 - títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
 - títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.
- (i) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 9.812 são devidos pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda, maior cliente da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 5.919 eram devido pela Mosaic Fertilizantes P&K S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 2.224 (2020 - nil), uma vez que as modelagens elaboradas pelo CPC 38 / IFRS 9 não trouxeram mensuração de risco relevante.

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2021:

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Acima de 6 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	269.371	345.772	326.156	302.903	211.439	114.100	1.569.742
Arrendamento	112.241	116.854	153.200	-	-	-	382.295
Fornecedores	30.908	-	-	-	-	-	30.908
Contas a pagar	1.400	-	-	-	-	-	1.400
Dividendos a pagar	18.793	11.022	-	-	-	-	29.815

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida do Grupo é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.238.516	1.353.152
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.864)	(186.046)
Dívida líquida	1.079.652	1.167.106
	87,17%	86,25%

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo de R\$ 77.945. A Companhia possui geração de caixa operacional positiva e opera no contexto do Grupo, que possui outras concessões de ferrovias e portos. Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas, conforme histórico detalhado na Nota 22.

(d) Risco operacional

A Ultrafertil possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	<i>All risk</i>	31/01/2022	USD 8.000
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/03/2023	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	<i>All risk</i>	15/07/2022	R\$ 10.000
Responsabilidade civil de operador portuário	<i>All risk</i>	30/06/2023	USD 40.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2022	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2022	R\$ 13

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)
Total passivo	1.761.569	1.841.217	1.907.513
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.864)	(186.046)	(44.430)
	<u>1.602.705</u>	<u>1.655.171</u>	<u>1.863.083</u>
Patrimônio líquido	<u>1.995.595</u>	<u>1.940.883</u>	<u>1.786.829</u>
	<u>80,34%</u>	<u>85,28%</u>	<u>104,27%</u>

30.2 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui exposição em derivativos futuros no montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

30.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo das debêntures é realizado considerando-se os níveis atualizados de custo de captação com montantes e contrapartes similares.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	158.864	186.046	158.864	186.046	-
Contas a receber de clientes	20.719	11.561	20.719	11.561	-
Contas receber partes relacionadas	10.342	5.456	10.342	5.456	-
	189.925	203.063	189.925	203.063	
Passivo					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	928.403	1.059.771	854.775	1.087.017	Nível 2
Debêntures	310.113	293.381	326.614	252.874	Nível 2
Fornecedores terceiros	29.113	27.172	29.113	27.172	-
Fornecedores partes relacionadas	1.795	1.447	1.795	1.447	-
Contas a pagar	1.400	1.116	1.400	1.116	-
Dividendos a pagar	29.815	24.661	29.815	24.661	-
	1.300.639	1.407.548	1.243.512	1.394.287	

31 – Impactos COVID-19

Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro de 2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro de 2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com conseqüente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2021, bem como a estabilização da cotação do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de *commodities* agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração não indicaram a necessidade de registro de provisão para *impairment* de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(ii) Liquidez

A Companhia opera no contexto do Grupo, que possui concessões de ferrovias e portos e neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo, com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, tendo sido economizados no exercício de 2020 e em função desta medida, R\$ 216 milhões. Em 2021, o Grupo vem mantendo as ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

ULTRAFÉRTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração – Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Presidente

Viktor Nigri Moszkowicz

Vitor Ribeiro Vieira

Alessandro Pena da Gama

Sebastião Fernando da Costa Furquim

Conselheiros

Nicolas Rodolfo Leon Szwako

Renata Monteiro de Castro Capanema

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto

Fabício Rezende de Oliveira

Suplentes

Diretoria

Denilson Santos Fernandes

Diretor-Presidente

Mário Antônio Filippetto Pires

Diretor

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade – CRC-MG 078483/O-8 “S” SP